

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO
DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	11
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	15
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	18
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	20
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 22	
Nota 1 . Capital do Fundo.....	23
Nota 2 . Transacções de Valores Mobiliários no Período.....	24
Nota 3 . Carteira de Títulos.....	24
Nota 4 . Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	25
Nota 5 . Componentes do Resultado do Fundo.....	28
Nota 7 . Provisões	29
Nota 9 . Discriminação dos Impostos suportados pelo Fundo.....	29
Nota 12 . Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	29
Nota 13 . Cobertura do risco de cotações	30
Nota 14 . Perdas Potenciais em Produtos Derivados	30
Nota 15 . Custos Imputados.....	30
Nota 16 . Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	31

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções Santander Acções Portugal

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica de crescimento económico no ano de 2014 ficou caracterizada por uma elevada volatilidade e heterogeneidade entre regiões, mas com uma tendência mais clara de abrandamento, no final do semestre, em especial na zona euro e nos mercados emergentes. Por outro lado, a economia dos Estados Unidos registou uma tendência de recuperação económica ao longo do ano em análise.

Ao longo do ano, o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento para o ano de 2014. Em Junho reduziu a perspetiva de crescimento para o ano de 2014, em 0,3pp, para 3,7%, uma alteração explicada, em grande medida, pelas despectivas dos mercados emergentes, por outro. Em Outubro, o FMI voltou a evidenciar as fracas prespectivas de crescimento para a zona euro, e, por outro lado acompanhadas com um nível de inflação baixa. O FMI mantém, contudo, as projecções para 2015, de um crescimento de 4%, baseado numa aceleração de todas as regiões da economia mundial. Contudo, os riscos estão enviesados em baixa, devido também ao risco geopolítico em algumas regiões do globo, sendo que de relevo para a Europa está o conflito na Ucrânia.

A economia do Estados Unidos registou uma maior desaceleração do crescimento no início do ano, já que o PIB contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, muito afectado por condições climatéricas adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, que o FMI considera abrir perspectivas favoráveis para o ano de 2015. O ano de 2014 deverá ficar marcado por um crescimento do PIB de cerca de 2.2%.

Contudo, o mercado laboral continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 230 mil postos de trabalho desde o início do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 5,6% em Dezembro.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA continuou a reduzir gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros (*tapering*) para um ritmo mensal de 25 mil milhões de dólares. Permanece ainda o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam poder ocorrer no segundo semestre de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem em níveis mínimos.

A discussão sobre o início deste processo de *apering* e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em resultado, uma parte significativa destes fundos foram canalizados para a Europa, contribuindo, juntamente com dados económicos favoráveis (no início do ano), para uma valorização dos mercados accionistas e uma descida das taxas de juro de médio e longo prazo.

Na zona euro, o primeiro semestre iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo semestre, a situação reverteu-se e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países. Em 2014, a Zona Euro deverá ter crescido 0,8%.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Dezembro, se situou em -0,2%, levou o Banco Central Europeu, ao longo do ano de 2014, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,05% (uma redução de 20pb), enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa. Com esta medida, o BCE procurará que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

Os mercados accionistas registaram máximos históricos, durante o primeiro semestre, em especial nos EUA, mas também na Europa, fruto de resultados positivos e de um sentimento generalizado de optimismo e menor aversão ao risco. Já no final do semestre, a aversão ao risco regressou, resultando numa correcção em baixa dos principais índices, sendo que em Portugal o PSI20 foi especialmente afectado pelos eventos relativos ao Banco Espírito Santo. No segundo semestre do ano, os mercados accionistas continuaram a registar uma elevada volatilidade, tendo encerrado o ano com valorizações significativas nos mercados dos Estados Unidos e performances menos expressivas no mercado Europeus.

As yields de longo prazo corrigiram dos máximos verificados no início do ano, reagindo a dados económicos menos favoráveis, conhecidos durante o segundo trimestre, e posteriormente influenciados por um movimento de fuga para a qualidade, no quadro de desinvestimento em mercados accionistas. Este efeito foi mais visível na Europa, com as yields alemãs a retrocederem para mínimos.

Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última tranche de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a tranche final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, as medidas compensatórias.

Durante os primeiros oito meses do ano, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Junho, o Tesouro emitiu a 10 anos, à yield de 3,25% (que compara com uma emissão a 5,11% em Fevereiro).

Em Julho, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%. Ao longo do resto do ano, foram efectuadas novas emissões com yields cada vez mais baixas reflectindo a menor aversão ao risco dos investidos à dívida pública Portuguesa.

A conjuntura económica durante o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento mais moderado do que o verificado no final de 2013, e que foi marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas terá já recuperado no segundo trimestre, após o reinício de laboração da refinaria.

Ao longo do resto do ano de 2014, os indicadores de procura interna continuam a sinalizar uma recuperação moderada da actividade. O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A descida do desemprego, que caiu para 13,5% no final do ano, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores.

O ano de 2014 deverá ter registado um crescimento do PIB de 0.7%.

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. No entanto, o inquérito ao investimento, realizado pelo INE e publicado em Julho, evidencia maiores intenções de investimento no corrente ano (+2,4%, face à anterior estimativa de +1,1%).

Esta melhoria está patente, em parte, nas dinâmicas de nova produção de crédito a empresas. Apesar de os volumes serem ainda historicamente baixos, nos meses de Abril e Maio registaram um crescimento homólogo de cerca de 5%. Também o inquérito às condições no mercado de crédito, publicado pelo Banco de Portugal, sinaliza uma moderação nas condições de concessão de crédito pelos bancos, assim como um aumento da procura por parte das empresas.

No entanto, o crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português.

A contracção das exportações, associada à paragem técnica da refinaria de Sines, teve impactos sobre a balança comercial, que anulou o saldo excedentário que tinha alcançado no ano transacto, ficando uma melhoria dependente da recuperação das exportações.

A execução orçamental ao longo do ano de 2014, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidenciou uma melhoria face ao ano anterior, fruto de um maior crescimento económico e também de um maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência *Moody's*, para Ba1 (um nível abaixo do nível de *investment grade*), com *outlook* estável. As demais agências mantiveram o *rating*, mas reviram o *outlook* para estável.

Política de investimento

O Fundo manteve a política de investimento numa óptica de médio / longo prazo, direccionando o seu investimento em acções de empresas portuguesas expressas em Euros. Durante o ano de 2014, o Fundo focou a sua estratégia de investimento na selecção específica de empresas que lhe permitissem obter retornos atractivos. Esta selecção teve por base critérios de: i) avaliações atractivas; ii) reestruturações, iii) fusões e aquisições. A estratégia permitiu ao Fundo atingir uma performance superior ao índice de referência PSI20. O ano de 2014 ficou marcado pela continuação da recuperação dos principais mercados accionistas mundiais, justificada com a evidência da sustentabilidade do crescimento económico nos Estados Unidos e com a confirmação da recuperação económica na Zona Euro. A contribuir positivamente para a performance tivemos ainda as políticas monetárias expansionistas dos principais bancos centrais mundiais. Do lado negativo

destaca-se a continuação da instabilidade nos principais mercados emergentes, o escalar da tensão geopolítica entre os EUA/Europa e Rússia derivado do conflito na Ucrânia e as acentuadas correcções dos preços das principais *commodities* ao longo do segundo semestre do ano.

Informamos ainda que nos últimos 3 anos civis não houve alterações substanciais à política de investimento do fundo.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respectivo valor unitário das mesmas nos últimos 5 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (Ö)
2010	4 317 281	23,400450
2011	3 412 022	17,092223
2012	3 336 393	18,636551
2013	4 014 097	24,589120
2014	4 587 134	21,728895

Performance

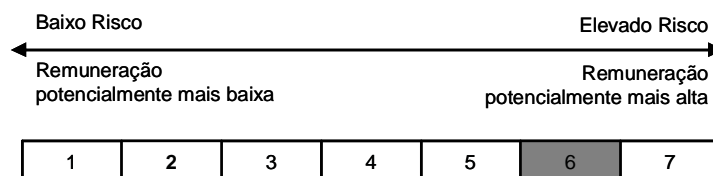
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
1997	67,00%	16,10%	6
1998	29,70%	29,60%	7
1999	14,60%	21,80%	6
2000	1,30%	16,20%	6
2001	-22,90%	21,30%	6
2002	-17,10%	15,30%	6
2003	28,90%	10,30%	5
2004	22,40%	9,80%	4
2005	20,30%	7,50%	4
2006	33,13%	9,89%	4
2007	19,90%	19,06%	6
2008	-52,45%	34,11%	7
2009	48,40%	19,26%	6
2010	-17,89%	24,63%	6
2011	-26,95%	22,41%	6
2012	9,04%	16,50%	6
2013	31,94%	17,64%	6

2014	-11,63%	23,14	6
------	---------	-------	---

(fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo.

As comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes até 31 de Dezembro foram as seguintes:

Encargos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão Fixa	2 366 624	1,95%
Comissão de Depósito	60 683	0,05%
Taxa de Supervisão	19 534	0,02%
Custos de Auditoria	6 606	0,01%
Outros Custos Correntes	-	0,00%
TOTAL	2 453 447	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		2,02%

Custos e Proveitos

O total de custos do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, foi de 118 456 348 ” .

O total de proveitos do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, foi de 102 397 813 ” .

Volume e Custos de Transacção

As transacções do Fundo foram realizadas no mercado nacional, nos mercados europeus e em outros mercados. O volume de transacções registado no ano de 2014 ascendeu a 398.609.528 ” , repartidos em 98% pelo mercado nacional, em 0.3% por mercados europeus e em 1.7% por outros mercados.

Os custos de transacção respeitantes a estas operações foram de 270.998,2” , repartidos em 95.3% pelo mercado nacional, em 0.1% por mercados europeus e em 4.7% por outros mercados.

Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2014, era de 99 673 124 ”.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 10 de Março de 2014

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e nº 1 do artigo 102º do Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de Maio, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL**, gerido pela Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 100 176 817 euros e um total de capital do Fundo de 99 673 124 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16 058 535 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da entidade gestora Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA:
 - a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G – 5º, 1600 -209 LISBOA, PORTUGAL
TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 83o, 3º – S14, 4150-171 PORTO, PORTUGAL
TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSPORTO@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 – CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da entidade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo;
 - a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo;
 - a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação;
 - a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação do Fundo;
 - a verificação do ressarcimento e divulgação dos prejuízos causados por erros ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação ou na imputação das operações de subscrição e de resgate ao património do Fundo nos termos e condições regularmente previstas;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL**, gerido pela entidade gestora Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário, e a informação neles constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 20 de Março de 2015

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Registada na CMVM sob o nº 1254

e representada por Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES -
SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2014**

(valores em Euro)

Data: 31.12.14

ACTIVO						PASSIVO			
Código		31.12.14			31.12.13		Código	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido		31.12.14	31.12.13
	Outros Activos								
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM								
33	Activos Intangíveis das SIM								
	<i>Total de Outros Activos das SIM</i>								
	Carteira de Títulos								
21	Obrigações	6 948 480	50 722		6 999 202	8 898 390			
22	Ações	91 061 624	4 698 204	(13 652 333)	82 107 495	81 407 702			
23	Outros Títulos de Capital								
24	Unidades de Participação								
25	Direitos								
26	Outros Instrumentos da Dívida								
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>98 010 104</u>	<u>4 748 926</u>	<u>(13 652 333)</u>	<u>89 106 697</u>	<u>90 306 092</u>			
	Outros Activos								
31	Outros activos								
	<i>Total de Outros Activos</i>								
	Terceiros								
411+6 +418	Contas de Devedores	2 372 518			2 372 518	3 131 826			
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>2 372 518</u>			<u>2 372 518</u>	<u>3 131 826</u>			
	Disponibilidades								
11	Caixa								
12	Depósitos à Ordem	8 697 602			8 697 602	10 733 955			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso								
14	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>8 697 602</u>			<u>8 697 602</u>	<u>10 733 955</u>			
	Acréscimos e diferimentos								
51	Acréscimos de Proveitos					1 029			
52	Despesas com Custo Diferido								
53	Outros acréscimos e diferimentos					4 638			
59	Contas transitórias activas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Activos</i>					<u>5 667</u>			
	TOTAL DO ACTIVO	<u>109 080 224</u>	<u>4 748 926</u>	<u>(13 652 333)</u>	<u>100 176 817</u>	<u>104 177 540</u>			
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>4 587 134</u>	<u>4 014 097</u>			
	Capital do OIC								
61	Unidades de Participação					22 880 166		20 021 917	
62	Variações Patrimoniais					(112 546 974)		(126 717 126)	
64	Resultados Transitados					205 398 467		183 542 223	
65	Resultados Distribuídos								
67	Dividendos Antecipados das SIM								
66	Resultados Líquidos do Período					(16 058 535)		21 856 244	
	<i>Total do Capital do OIC</i>					<u>99 673 124</u>		<u>98 703 257</u>	
	Provisões Acumuladas								
481	Provisões para Encargos							3 457 777	
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>							<u>3 457 777</u>	
	Terceiros								
421	Resgates a Pagar a Participantes					166 877		106 682	
422	Rendimentos a Pagar a Participantes								
423	Comissões a Pagar					181 800		170 419	
424+6 +429	Outras contas de Credores					127 735		1 728 283	
43+12	Empréstimos Obtidos								
44	Pessoal								
46	Accionistas								
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>					<u>476 412</u>		<u>2 005 385</u>	
	Acréscimos e diferimentos								
55	Acréscimos de Custos					15 836		11 122	
56	Receitas com Provento Diferido								
58	Outros Acréscimos e Diferimentos					11 444			
59	Contas transitórias passivas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>					<u>27 280</u>		<u>11 122</u>	
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO					<u>100 176 817</u>		<u>104 177 540</u>	
	Valor Unitário da Unidade Participação					<u>21.7288</u>		<u>24.5891</u>	

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 31.12.14

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		Períodos		Código		Períodos	
		31.12.14	31.12.13			31.12.14	31.12.13
Operações Cambiais				Operações Cambiais			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações			
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	18 309 863	15 217 278	935	Futuros		
	<i>Total</i>	18 309 863	15 217 278		<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	18 309 863	15 217 278		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	18 309 863	15 217 278

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL REFERENTE AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(valores em Euro)

Data: 31.12.14

CUSTOS E PERDAS

Código		Períodos	
		31.12.14	31.12.13
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	221 925	160 994
724+6 +728	Outras Operações Correntes	2 446 841	1 651 407
729	De Operações Extrapatrimoniais	39 092	37 444
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	86 562 616	33 780 803
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	23 788 332	14 039 692
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	682 137	2 633 196
7412+7422	Impostos Indirectos	304	25 384
7418+7428	Outros impostos	18 670	200 187
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos	4 689 801	4 879 778
77	Outros Custos e Perdas Correntes	6 606	615
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	118 456 323	57 409 499
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais	25	7
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)	25	7
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	Resultado Líquido do Período (se>0)		21 856 244
	TOTAL	118 456 348	79 265 750
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(11 843 801)	27 035 751
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(4 594 957)	2 657 919
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(16 058 985)	21 743 575

PROVEITOS E GANHOS

Código		Períodos	
		31.12.14	31.12.13
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	104 772	89 918
811+814+827+818	De Operações Correntes	(654)	3 352
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+6 +824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 321 073	2 751 995
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	72 514 894	58 135 634
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	19 232 467	16 735 055
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos	8 147 578	1 422 002
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	77 207	15 118
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	102 397 338	79 153 074
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	475	112 676
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	475	112 676
66	Resultado Líquido do Período (se<0)	16 058 535	
	TOTAL	118 456 348	79 265 750
F-E	Resultados Eventuais [(D)-(C)]	450	112 669
B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/Rendimento	(15 357 425)	24 715 010
B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	(16 058 535)	21 856 244

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO DE ACÇÕES - SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

valores em euros

Data: 31.12.2014

DESCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31.12.14	31.12.13
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	42 427 634	25 241 006
Subscrições de unidades de participação	42 350 427	25 241 006
Comissão de resgate	77 207	
PAGAMENTOS:	-25 382 295	-10 540 720
Resgates de unidades de participação	-25 382 295	-10 540 720
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	17 045 340	14 700 286
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:	125 240 915	88 100 669
Venda de títulos e outros ativos da carteira	122 815 069	81 258 756
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	0	4 000 000
Rendimento de títulos e outros activos da carteira	2 321 073	2 751 995
Juros e proveitos similares recebidos	104 772	89 918
PAGAMENTOS:	-134 451 512	-95 133 099
Compra de títulos e outros ativos da carteira	-134 231 989	-94 972 105
Comissões de corretagem	-219 858	-160 978
Outras taxas e comissões	335	-16
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	-9 210 597	-7 032 430
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	18 762 055	16 735 055
Operações sobre cotações	18 762 055	16 735 055
PAGAMENTOS:	-23 788 332	-14 039 692
Operações sobre cotações	-23 788 332	-14 039 692
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	-5 026 277	2 695 363
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	-574	2 612
Juros de depósitos bancários	-624	2 612
PAGAMENTOS:	-4 844 246	-2 693 696
Comissão de gestão	-2 357 042	-1 576 996
Comissão de depósito	-60 437	-39 490
Impostos e taxas	-2 426 742	-948 438
Outros pagamentos correntes	-25	-128 773
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	-4 844 820	-2 691 084
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de caixa do período	-2 036 354	7 672 136
Disponibilidades no início de período	10 733 955	3 061 820
Disponibilidades no fim do período	8 697 602	10 733 955

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de Setembro de 2014. As Notas que não constam deste Relatório são não aplicáveis.

Nota 1 É Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o ano de 2014 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31.12.13	Subscr.	Resgates	Dist.Res	Outros	Res.Per	31.12.14
Valor base	20 021 917	7 671 519	(4 813 269)	-	-	-	22 880 166
Diferença p/Valor Base	(126 717 126)	34 678 908	(20 508 755)	-	-	-	(112 546 974)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	183 542 223	-	-	-	21 856 244	-	205 398 467
Resultados do período	21 856 244	-	-	-	(21 856 244)	(16 058 535)	(16 058 535)
SOMA	98 703 257	42 350 427	(25 322 024)	-	-	(16 058 535)	99 673 124
Nº de Unidades participação	4 014 097	1 538 026	(964 989)	-	-	-	4 587 134
Valor Unidade participação	24.5891	27.5355	26.2407	-	-	-	21.7288

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	N.º participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	2
2% <= Ups < 5%	2
0.5% <= Ups < 2%	14
Ups < 0.5%	8 091
TOTAL	8 109

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo no final de cada trimestre dos três últimos anos foi o seguinte:

	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2014	21.7288	99 673 124	4 587 134
	26.3533	122 565 787	4 650 871
	27.7047	133 246 631	4 809 537
	29.6603	133 860 186	4 513 110
	24.5891	98 703 257	4 014 097
Ano 2013	21.6445	85 210 409	3 936 816
	19.7054	74 193 009	3 765 094
	20.3915	76 166 929	3 735 229
	18.6365	62 178 848	3 336 400
Ano 2012	16.6428	51 648 038	3 103 326
	15.0470	47 946 666	3 186 442
	16.9260	56 069 708	3 312 638

Nota 2 É Transacções de Valores Mobiliários no Período

O volume de transacções do exercício de 2014, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respectivos negócios foi o seguinte:

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora da Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida Pública	6 948 480	-	8 987 095	-	15 935 575	-
Ações	125 956 568	1 433 313	105 780 048	6 850 018	231 736 617	8 283 331
Contratos de Opções	75 166 791	-	67 487 215	-	142 654 006	-
Total	208 071 839	1 433 313	182 254 358	6 850 018	390 326 197	8 283 331

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respectivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	42 350 427	-
Resgates	25 322 100	77 207

Nota 3 É Carteira de Títulos

Em 31 de Dezembro de 2014 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PORTB 0% 23/1/15	6 948 480	50 722	-	6 999 202	-	6 999 202
	6 948 480	50 722	-	6 999 202	-	6 999 202
-Ações						
Sonae	9 224 116	-	(683 125)	8 540 990	-	8 540 990
SonaeCom - SGPS, SA	948 584	24 366	-	972 950	-	972 950
REN	116 552	8 081	-	124 633	-	124 633
EDP Renovaveis SA	3 726 155	1 013 418	-	4 739 573	-	4 739 573
Sumolis -No	88 013	1 968	-	89 981	-	89 981
Teixeira Duarte SA	963 595	-	(14 672)	948 923	-	948 923
CTT Portugal SA	4 494 966	312 596	-	4 807 562	-	4 807 562
Sonae - Capital SGPS	2 385 081	-	(52 696)	2 332 384	-	2 332 384
BCP-No	8 094 237	-	(1 137 450)	6 956 786	-	6 956 786
BPI No/r	7 552 789	-	(2 580 384)	4 972 405	-	4 972 405
Ibersol SGPS	4 556 456	-	(162 874)	4 393 582	-	4 393 582
Cofina - SGPS	2 235 001	-	(117 399)	2 117 602	-	2 117 602
Cortic.Amorim - SGPS	498 085	303 317	-	801 402	-	801 402
Sag Gest - SGPS	1 000 713	-	(450 179)	550 534	-	550 534
Cimpor ,SGPS -No	3 032 205	-	(1 072 596)	1 959 609	-	1 959 609
Mota Engil	9 107 757	-	(2 996 352)	6 111 404	-	6 111 404
J.Martins	46 114	-	(22 926)	23 188	-	23 188

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
<i>-Acções</i>						
Semapa-SGPS-Nom.	3 332 482	1 512 009	-	4 844 491	-	4 844 491
NOS SGPS	6 961 039	511 722	-	7 472 762	-	7 472 762
Galp Energia SGPS SA	3 652 337	-	(168 462)	3 483 875	-	3 483 875
Impresa SGPS	4 877 149	-	(1 299 887)	3 577 262	-	3 577 262
NovaBase SGPS SA	5 771 944	-	(1 903 293)	3 868 651	-	3 868 651
P.Telecom -No Em-95	3 000 852	-	(430 846)	2 570 006	-	2 570 006
Altri SGPS SA	3 892 864	1 010 726	-	4 903 590	-	4 903 590
Sonae Industria	347 865	-	(123 545)	224 320	-	224 320
	89 906 949	4 698 204	(13 216 687)	81 388 467	-	81 388 467
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
<i>-Acções</i>						
MOTA ENGL AFRICA	1 154 675	-	(435 647)	719 028	-	719 028
	1 154 675	-	(435 647)	719 028	-	719 028
TOTAL	98 010 104	4 748 926	(13 652 333)	89 106 697	-	89 106 697

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o ano de 2014 foi o seguinte:

Descrição	31.12.13	Aumentos	Reduções	31.12.14
Depósitos à ordem	10 733 955	40 182 054	42 218 407	8 697 602
TOTAL	10 733 955	40 182 054	42 218 407	8 697 602

Nota 4 É Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 63-A/2013 de 10 de Maio e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Colectivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos activos que compõem a carteira do Fundo é efectuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de activos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.

- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos activos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respectiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respectivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à excepção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os activos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema %Reuters+

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

c) Contractos de Futuros

As posições abertas em contractos de Futuros são reflectidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica %Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras+, sendo os ajustamentos de cotações diários reflectidos em contas de %Acréscimos e diferimentos+ e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respectivos contractos é registada na rubrica %Contas de devedores+

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 É Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Acções	48 661 658	21 888 120	70 549 778	-	-	2 321 073	2 321 073
Obrigações	168 892	36 693	205 585	104 118	-	-	104 118
Direitos	873 212	886 319	1 759 531	-	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	31 284	31 284	-	-	-	-
Cotações							
Futuros	-	19 201 184	19 201 184	-	-	-	-
TOTAL	49 703 761	42 043 600	91 747 361	104 118	-	2 321 073	2 425 191

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros e Comissões decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Acções	67 831 194	17 687 279	85 518 473	-	-	-
Obrigações	170 931	-	170 931	-	-	-
Direitos	873 212	-	873 212	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cotações						
Futuros	-	23 788 332	23 788 332	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	2 194 260	172 365	2 366 624
de Depósito	-	-	-	56 263	4 420	60 683
Taxa de Supervisão	-	-	-	18 209	1 326	19 534
Taxa de Operações de bolsa	-	-	-	56	-	56
Taxa de Corretagem	-	-	-	219 858	-	219 858
Out. Comissões Cart. Tít.	-	-	-	2 011	-	2 011
Comissões Operações Extrapatr.	-	-	-	39 092	-	39 092
TOTAL	68 875 336	41 475 611	110 350 947	2 529 748	178 110	2 707 859

Nota 7 É Provisões

O valor registado na rubrica Provisão para encargos regista a carga de imposto sobre as valias potenciais dos títulos em carteira, conforme disposto pelo Regulamento nº 01/2013 emitido pela CMVM em 7 de Fevereiro de 2014, apresentando a seguinte decomposição:

Descritivo	31.12.13	Variação	31.12.14
Acções	3 454 409	(3 454 409)	-
Obrigações	3 367	(3 367)	-
Provisões para encargos	3 457 777	(3 457 777)	-

Nota 9 É Discriminação dos Impostos suportados pelo Fundo

À data de 31 de Dezembro de 2014 os impostos suportados pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

	Imposto de mais-valias	Retenções na Fonte	Impostos Indirectos	Soma
Acções	-	646 585	-	646 585
Obrigações	-	34 537	-	34 537
Depósitos à Ordem / a Prazo	-	1 015	-	1 015
Comissões Subscrição/Resgate	-	18 670	-	18 670
Outros	-	-	304	304
Total	-	700 807	304	701 110

Nota 12 É Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de Dezembro de 2014 o Fundo detinha activos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	6 999 202	-	-	-	-	6 999 202
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do activo em carteira incluindo o respectivo juro decorrido.

Nota 13 É Cobertura do risco de cotações

Em 31 de Dezembro de 2014, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Acções e Valores Similares	Montante (Euros)	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Acções	82 107 495	18 309 863	-	100 417 358

Nota 14 É Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efectuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 5/2013 (emitido em 7 de Setembro de 2014), ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos activos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos activos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos activos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de Dezembro de 2014, sendo de referir que este foi o primeiro exercício que o Fundo adoptou o referido método, pelo que não são apresentados valores comparativos:

	Perda potencial no final do exercício	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira Sem Derivados	99 510 125	98 703 260
Carteira Com Derivados	81 200 262	83 485 982
	18.4%	15.4%

Nota 15 É Custos Imputados

No exercício de 2014 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão Fixa	2 366 624	1,95%
Comissão de Depósito	60 683	0,05%
Taxa de Supervisão	19 534	0,02%
Custos de Auditoria	6 606	0,01%
Outros Custos Correntes	-	0,00%
TOTAL	2 453 447	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		2,02%

Nota 16 É Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.